

RELATO DE PESQUISA

OS GÊNEROS DISCURSIVOS NAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO DO CAMPO: **UMA ABORDAGEM CRÍTICO- DISCURSIVA**

Fátima Ingrid Bezerra BONFIM  

Faculdade de Educação, Ciências e Letras – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

José Ribamar Lopes Batista JÚNIOR  

Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Piauí (UFPI).



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)
- René Almeida (UFS)

REVISADO POR

- Anderson Pereira (UESB)
- Vanda Maria Elias (UNIFESP)
- Maria Oliveira Santos (UNEAL)

SOBRE OS AUTORES

- Fátima Ingrid Bezerra BONFIM
Conceptualização, Escrita -
Rascunho Original e Escrita - Análise
e Edição.
- José Ribamar Lopes Batista JÚNIOR
Conceptualização, Escrita -
Rascunho Original e Escrita - Análise
e Edição.

DATAS

- Recebido: 31/01/2020
- Aceito: 29/06/2020
- Publicado: 20/12/2020

COMO CITAR

BONFIN, F. I. B.; JÚNIOR, J. R. L. B. (2020). Os gêneros discursivos nas práticas de letramento do campo: uma abordagem crítico-discursiva. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 2, p. 01-19.

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar os aspectos retórico-linguísticos que permeiam os gêneros discursivos presentes em práticas de letramento realizadas por educadoras e educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado Ceará. Nessa perspectiva, o aporte teórico é delineado pela consonância entre as premissas da Análise Crítica de Gêneros e Análise de Discurso Crítica (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018; MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006; STREET, 2014; VIEIRA; RESENDE, 2016). A metodologia possui cunho qualitativo e interpretativo, além de contar com o viés etnográfico, cujos instrumentos de coleta de dados foram determinados por meio da observação participante. A análise é realizada à luz do significado acional (FAIRCLOUGH, 2003). Dessa forma, o principal resultado do estudo mostra que o envolvimento dos gêneros discursivos com as práticas de letramento do campo elucida um mecanismo pertinente

de luta hegemônica, além do fortalecimento de uma identidade Sem Terra pautada na coletividade.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the rhetorical-linguistic aspects that permeate the discursive genres present in literacy practices carried out by educators from the Brazil's Landless Rural Workers Movement (MST) of the state of Ceará. In this perspective, the theoretical contribution is outlined by the consonance between the premises of Critical Gender Analysis and Critical Discourse Analysis (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018; MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006; STREET, 2014; VIEIRA; RESENDE, 2016). The methodology has a qualitative and interpretative nature, in addition to having an ethnographic bias, whose data collection instruments were determined through participant observation. The analysis is carried out in accordance to the action meaning (FAIRCLOUGH, 2003). In this way, the main result of the study shows that the involvement of the discourse genres with the literacy practices of the countryside elucidates a pertinent mechanism of hegemonic struggle, in addition to the strengthening of a Landless identity guided by the community.

PALAVRAS-CHAVE

MST; Escola do Campo; Gêneros Discursivos; Práticas de Letramento.

KEYWORDS

MST; Countryside School; Discursive Genres; Literacy Practices.

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em um desdobramento da dissertação de Mestrado, a qual se encontra em fase de delineamento, sendo feita por sua autora. Esse relato de pesquisa é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI). Este estudo, vinculado à linha de pesquisa “Texto, discurso e gêneros como práticas sociais” do PPGEL-UFPI, teve início em maio de 2018. Com base nisso, o presente trabalho possui relevância acadêmica, ao propor ampliar o escopo de pesquisas a respeito da confluência entre os estudos críticos do discurso e de gêneros com os novos estudos do letramento. Ademais, por ser pautado na aplicabilidade social, este estudo também possui uma envergadura social.

Diante disso, para a Análise Crítica de Gêneros (doravante ACG), é fundamental saber quais as relações de poder envolvidas na produção, distribuição e consumo de determinado gênero discursivo. A Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), por seu turno, tem como princípio norteador a concepção da linguagem como prática social. As práticas sociais “são maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais pessoas interagem no mundo.” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 45). Nessa perspectiva, as práticas de leitura e escrita (práticas de letramento) também são norteadas pelas práticas sociais contidas em determinados contextos; essas podem sustentar ou, ainda, contestar as práticas e ideologias dominantes.

No que diz respeito ao objeto deste estudo, o MST consiste em um movimento social importante na luta constante contra o sistema ruralista hegemônico no Brasil, o agronegócio (STÉDILE; FERNANDES, 2005). No estado Ceará, desde meados dos anos 2000, há 13 escolas do campo situadas em assentamentos da reforma agrária espalhadas por todo território cearense. Destas 13 escolas, nove estão em funcionamento e quatro estão em fase de construção. A escolha do objeto de estudo se deu no estado Ceará porque, no âmbito da educação do campo, as escolas do MST Ceará são consolidadas e reconhecidas nacionalmente devido às suas práticas pedagógicas diferenciadas dos moldes do ensino normativo.

Com base nisso, o eixo condutor desta pesquisa consiste em analisar os aspectos retórico-linguísticos que permeiam os gêneros discursivos presentes em práticas de letramento realizadas por educadoras e educadores do MST, tendo como base a consonância entre Análise Crítica de Gêneros (ACG) e Análise de Discurso Crítica (ADC). Essas práticas foram observadas durante o X Encontro Estadual de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (EEERA), realizado na Escola do Campo Patativa do Assaré, situada no assentamento Santana da Cal, em Canindé-CE.

1. GÊNEROS DISCURSIVOS

Em primeiro lugar, é crucial discutirmos acerca da definição de gênero discursivo (ou gênero do discurso) antes de adentrarmos no viés crítico que engloba os estudos a respeito dos gêneros. De forma geral, os gêneros discursivos se diferenciam dos gêneros textuais, uma vez que, conforme preconiza Bakhtin (1975, p. 24), “deve-se ter o cuidado de não confundir texto e discurso [...] pode-se dizer que texto é uma entidade concreta, realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual”. O discurso, por sua vez, “é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos”.

Noutras palavras, não é a forma que define o gênero, mas seu contexto comunicativo e social em que seu leitor se encaixa, levando em consideração as condições de produção, distribuição e consumo que perpassam a veiculação de determinado gênero (FAIRCLOUGH, 2001). Com base nisso, podemos perceber que os gêneros discursivos não são estanques e sua análise transcende a materialidade linguística *per se*, visto que os gêneros são norteados por determinada prática social, dependendo do contexto sociocomunicativo. Nos dizeres de Rojo (2005, p. 186),

a vertente dos gêneros discursivos objetiva selecionar os aspectos da materialidade linguística determinados pelos parâmetros da situação de enunciação – sem a pretensão de esgotar a descrição dos aspectos linguísticos ou textuais, mas apenas ressaltando as ‘marcas linguísticas’ que decorriam de/produziam significações e temas relevantes no discurso.

Isso vai ao encontro da premissa de Bakhtin (1929), segundo a qual o gênero consiste em uma forma de discurso, além de uma forma de enunciação e é subordinado às formas de comunicação. Assim, há gêneros que são materializados no âmbito da escrita – como o texto poético, receitas culinárias e bulas de remédio, por exemplo – e existem gêneros que são veiculados por meio da oralidade – a exemplo da conversação espontânea –.

Uma vez que os gêneros discursivos são veiculados com base em determinada prática social, podemos afirmar que essa veiculação dos gêneros pode ser baseada em práticas que contribuem para a sustentação de poder e, também, práticas que objetivam descortinar as relações assimétricas de poder contidas na sociedade. Para Van Dijk (2010), as relações de poder e ideologia são estabelecidas através do discurso. Nesse sentido, propomos investigar o envolvimento dos discursos com as práticas de letramento do MST/CE por meio dos gêneros discursivos e investigar se as práticas de letramento do campo contribuem para perpetuar as relações desiguais de poder na sociedade ou, ao contrário, para denunciar essas relações. No tópico a seguir, discutimos acerca da relação entre gêneros discursivos e práticas sociais, em que há a consonância, essencial para a realização deste estudo, entre os pressupostos teóricos da ACG e da ADC.

2. ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNEROS E ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UMA INTERFACE

No que concerne ao aparato teórico da ACG e da ADC, há uma convergência crucial para a elaboração desta pesquisa, uma vez que ambas partem da premissa de que a linguagem pode ser um instrumento de transformação social, ou, em contrapartida, de sustentação do poder na sociedade. Nos dizeres de Vieira e Resende (2016, p. 15), “a linguagem se mostra um recurso capaz de ser usado tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação quanto, ao contrário, para contestar e superar tais problemas.”. A ADC tem como pressuposto teórico-metodológico a relação dialética e mútua entre linguagem e prática social. Estas, por sua vez,

podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais que estão associados a áreas específicas da vida social - a prática social do ensino em sala de aula na educação britânica contemporânea, por exemplo. O ponto importante sobre as práticas sociais [...] é que elas articulam discurso [...] junto com outros elementos sociais não discursivos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23-24).¹

Segundo Meurer (2005, p. 81), o “seu ‘universo’ teórico-metodológico caracteriza-se por uma forte preocupação social e deriva de abordagens multidisciplinares ao estudo da linguagem.”. Nesse contexto, o viés crítico da ADC se dá porque ela objetiva investigar conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, como o contexto histórico e social de produção e compreensão de determinado(s) texto(s) multissemióticos na sociedade contemporânea. Em outras palavras, no bojo das práticas sociais, a linguagem funciona como uma parte indissociável das diversas formas de como os sujeitos agem, representam e identificam(-se) no meio social. Desse modo, para a ADC, a linguagem – discurso – consiste em uma parte irreduzível e integrante do social. O discurso, portanto, constitui o social e, concomitantemente, é constituído socialmente (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Isto posto, podemos notar que, sendo o discurso um elemento histórico, socialmente situado e político, a ADC constitui uma ferramenta crucial no intuito de revelar as condições de produção, distribuição e consumo que permeiam um dado discurso a fim de evidenciar seu aspecto ideológico. Esse viés ideológico contido no discurso pode servir para ser um instrumento de sustentação da ideologia dominante ou, ainda, como uma denúncia das relações desiguais de poder. Dessa maneira, no escopo da ADC, há discursos que contribuem para perpetuar a ideologia dominante e, também, há aqueles que tentam combatê-la, contribuindo, assim, para uma luta hegemônica que visa à mudança social a partir da tomada

¹ Tradução livre.

de consciência dos atores sociais a respeito da ideologia dominante e dos problemas sociais dela resultantes.

Nesse sentido, os gêneros discursivos são veiculados socialmente a partir da linguagem - discurso -, constituindo, assim, uma forma de ação dos sujeitos no meio social. Diante desses postulados, a ACG se preocupa em estudar, de forma crítica, essa relação fundamental entre veiculação de gêneros discursivos e as relações de poder que permeiam a sociedade. Consoante Meurer (2005, p. 82), “cada gênero, portanto, ocorre em determinado contexto e envolve diferentes agentes que o produzem e consomem (leem e interpretam)”. Dessa maneira, é interesse da ACG investigar quem produz determinado gênero, bem como a proposta de intervenção social por meio dele. Assim, a ACG tem como eixo condutor a focalização de desigualdades através de determinado gênero veiculado socialmente.

Consoante Fairclough (2003), com base na multissemiose imbricada ao conceito de discurso, os gêneros constituem um modo de agir e interagir socialmente, pois os atores sociais agem em eventos sociais através de formas discursivas e não discursivas. Assim, no que concerne ao objeto deste estudo, os gêneros discursivos consistem em formas de ação, representadas por meio de discursos, por meio das quais os atores sociais do campo identificam(-se) de acordo com as práticas de letramento do MST, a fim de desvelar as relações assimétricas de poder do sistema ruralista hegemônico no contexto brasileiro, o agronegócio que, por sua vez, consiste em um problema social a ser transformado socialmente por meio do discurso e sua concretização em determinadas práticas.

Nos dizeres de Vieira e Resende (2016, p. 62), os “gêneros discursivos estão ligados a diferentes modos de ação/relação social estabelecidos discursivamente. Por isso, dizemos que os gêneros referem-se a modos relativamente estáveis de (inter)ação por meio do discurso”. Assim, os gêneros constituem a natureza semiótica relacionada às maneiras de agir e de interagir no meio social. No tópico a seguir, discorreremos acerca do conceito de práticas de letramento, que é basilar para a concretização deste estudo.

3. PRÁTICAS DE LETRAMENTO

O conceito de práticas de letramento vai ao encontro dos preceitos elencados nas seções anteriores, uma vez que, para Barton e Hamilton (2000, p. 7),

Existem diferentes letramentos associados a diferentes domínios de vida. Práticas de letramento são modeladas por instituições sociais e por relações de poder e alguns letramentos são mais dominantes, visíveis e influentes que outros. Práticas de letramento são propositais (têm propósitos bem definidos) e são relacionadas a metas sociais e práticas culturais mais abrangentes. O letramento é historicamente situado. As práticas de letramento mudam e novas práticas são frequentemente adquiridas através de processos de aprendizagem informal e estabelecimento de sentido.

A partir disso, percebemos que as práticas de letramento são abstratas e plurais, permitindo-nos participar dos eventos, além de possuir um caráter integrador aos conhecimentos formais e cognitivos dos indivíduos. Noutras palavras, as práticas sociais também norteiam as práticas de leitura e de escrita (práticas de letramento) que transgridem as práticas puramente pedagógicas e englobam as vivências, experiências, visões de mundo e emoções dos sujeitos (STREET, 2014).

Com base nisso, podemos notar que, em relação às práticas de letramento, há o enfoque nas práticas sociais que norteiam formas plurais de leitura e de escrita em contextos específicos. Ou seja, são as práticas sociais permeiam os tipos de letramento e atribuem significados, e não o canal de comunicação em si mesmo. Dito de outro modo, as práticas de letramento são padrões culturais, situados historicamente, de uso da leitura e da escrita em situações interativas particulares. Por serem norteadas pela prática social, as práticas de letramento podem ser difundidas de modo a serem associadas à sustentação das relações desiguais de poder na sociedade e, além disso, também podem servir como instrumento de contestação dessas relações. Consoante Street (2012, p. 82),

As práticas de letramento variam com o contexto cultural, não há um letramento autônomo, monolítico, único, cujas consequências para indivíduos e sociedades possam ser inferidas como resultados de suas características intrínsecas. [...] em lugar disso, há 'letramentos', ou melhor, 'práticas de letramento', cujo caráter e consequências têm de ser especificados em cada contexto.

Com base nisso, podemos notar que, em relação às práticas de letramento, há o enfoque nas práticas sociais que norteiam formas plurais de leitura e de escrita em contextos específicos. Desse modo, são as práticas sociais que permeiam os tipos de letramento e atribuem significados, e não o canal de comunicação em si mesmo. Assim, as práticas de letramento variam conforme o contexto sociocultural que as permeia. Noutras palavras, há um caráter identitário e ideológico no que se refere ao contexto específico dos diferentes tipos de letramento.

Nesse sentido, as diversas práticas de leitura e de escrita no meio social podem ser um instrumento útil na contestação de relações assimétricas de poder. O MST, por ser um movimento social que denuncia o sistema ruralista hegemônico no Brasil, o agronegócio, faz uso de práticas de leitura e escrita, historicamente situadas, em contextos escolares e não-escolares, para questionar e descortinar as relações dominantes de poder advindas do agronegócio. A seguir, versamos sobre o histórico do MST.

4. “NOSSO LEMA É OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A TRAJETÓRIA DO MST

Em linhas gerais, no contexto da redemocratização no Brasil, surgiram movimentos sociais com pautas heterogêneas e específicas de cada grupo social, tanto no âmbito urbano como no rural, como as pautas voltadas à questão agrária, de gênero e étnica, por exemplo. Com base nisso, essas mobilizações populares e coletivas, na procura de melhorias, principalmente no que concerne à democratização de políticas públicas, adentram fortemente nas questões que envolvem a busca por cidadania e busca por direitos civis, sociais e políticos em seu escopo. Conforme as ideias de Gohn (2004, p. 22),

Com a saída dos militares do poder, a partir de 1985, começa a se alterar o significado atribuído à sociedade civil. Com a progressiva abertura de canais de participação e de representação política, a partir das pressões populares, promovida pelos novos governantes, os movimentos sociais (especialmente os populares) perderam paulatinamente a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil. Passa a haver uma fragmentação do que denominou-se como “sujeito social histórico” [...] Surge uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política. Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas de lutas e conquistas na sociedade política, especialmente nas políticas públicas.

Dentre os movimentos sociais que surgiram na transição do período ditatorial ao período de redemocratização em busca de direitos sociais, civis e políticos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também emergiu nessa conjuntura. O período de formação do MST se deu entre os anos 1979 e 1984, sendo criado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel, no Paraná. Segundo Caldart (2012, p. 106-107), a conjuntura sociopolítica e econômica que propiciou a criação desse movimento foi a seguinte:

As pressões ou condições objetivas que levaram, naquele momento, trabalhadores e trabalhadoras do campo a não poderem mais não resistir e a lutar foram aquelas originadas da situação econômica e social criada pelas transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70 [...] e que consistiram em um rápido e intenso processo de mecanização das lavouras especialmente as do Sul do Brasil. Essa agricultura, de traços mais profundamente capitalistas, expulsou do campo, de modo muito mais rápido, entre 1975 a 1980, grandes contingentes populacionais, exatamente as pessoas que viviam como arrendatários, como parceiros, ou que se reproduziam como filhos de agricultores em um tipo de agricultura que se caracterizava pelo uso intensivo de mão de obra. Com a mecanização, grande parte dessa força de trabalho não era mais necessária (CALDART, 2012, p. 106-107).

Em relação à formação do MST no estado Ceará, segundo Bahniuk (2015, p. 237),

O MST começa a se expandir pelo Nordeste brasileiro no final da década de 1980, no Ceará constituiu-se por meio do deslocamento de militantes de outras regiões para o estado, responsáveis em articular os trabalhadores em prol da luta pela terra. Em 1989, o MST - Ceará organiza a sua primeira ocupação, na Fazenda Reunidas São Joaquim, da qual resulta o assentamento 25 de Maio, local onde fica a Escola de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira.

Assim, com base nos pontos de vista socioeconômico e histórico, esse contexto de mecanização da agricultura, sobretudo no Sul do país, fez com que muitas famílias migrassem para a cidade à procura de emprego e subsistência. Algumas famílias, em contrapartida, pautaram sua sobrevivência a partir da iniciativa de lutar pela terra por meio de ocupações - que posteriormente viraram assentamentos - de latifúndios improdutivos, objetivando converter as riquezas acumuladas nos territórios dos latifúndios em benefícios sociais. Para Leite (2012, p. 110),

A emergência dos assentamentos rurais no cenário da questão agrária brasileira é um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai da década de 1980 até os dias atuais. Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço dependido ao longo de lutas as mais diversas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais.

Além do ponto de vista socioeconômico e do âmbito histórico, há, também, um viés ideológico no que concerne à gênese do MST. Esse aspecto consiste no trabalho pastoral, sobretudo da igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT)². Nos dizeres de Stédile e Fernandes (2005, p.19-20),

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...] O surgimento da CPT teve, inicialmente, uma motivação regional. Mesmo assim essa articulação de bispos e de padres ligados à luta pela terra representou, do ponto de vista ideológico, um avanço muito importante. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da igreja católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo. [...] A igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: "Espera que tu terás terra no céu". Pelo contrário, passou a dizer: "Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra". A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses.

Com base nisso, a luta pela terra, tendo como protagonistas os(as) trabalhadores(as) do campo e dirigentes de movimentos, objetiva uma transformação social em relação ao acesso à terra e ao projeto de agricultura hegemônico no Brasil. Dessa maneira, as características prioritárias do MST são a luta pela terra, a reforma agrária e a transformação social (STÉDILE; FERNANDES, 2005). Assim, o projeto de agricultura proveniente dos assentamentos de reforma agrária deve ser contraposto aos preceitos do agronegócio, a saber: uso de maquinaria, utilização de sementes híbridas e estéreis, desertificação, monocultura

2 Órgão pastoral da igreja católica, filiado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT tem atuação em todas as dioceses do Brasil em que há problemas de terra. A CPT teve como referência norteadora a Teologia da Libertação, que, por seu turno, consiste em uma vertente pastoral do catolicismo em que há a confluência de bispos, padres e agentes de pastoral progressistas, os quais buscam desenvolver uma prática direcionada à realidade social. A partir da Teologia da Libertação, surgiram vários pensadores, como Leonardo Boff, Clodovis Boff e Hugo Asmann. Nesse sentido, a CPT foi uma aplicação dos postulados da Teologia da Libertação na prática.

e uso de agrotóxicos; o que faz com que esse sistema necessite de concentração de terras para a manutenção de sua hegemonia.

Em contrapartida a isso, o projeto de agricultura camponesa prioriza o trabalho manual, uso de sementes crioulas, agrofloresta, policultura e agroecologia; que necessita, assim, de reforma agrária (CALDART, 2012). Desse modo, o projeto de agricultura camponesa visa ao fim da desigualdade social ocasionada pela concentração de terras. Nesse sentido, o agronegócio é concebido como um sistema ruralista hegemônico no Brasil, tido como um problema social a que o MST se opõe, em que os atores sociais do movimento buscam, através de diversas práticas de letramento, desvelar as relações desiguais de poder contidas nesse sistema.

Tendo em vista o que foi discutido, percebemos que o MST é um movimento consolidado em todo território brasileiro, fundamental para articular as reivindicações no que diz respeito à territorialização e à reforma agrária. Ainda que haja inúmeros ataques, perseguições e assassinatos que os militantes do MST sofreram ao longo de sua formação – a exemplo do massacre que ocorreu em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, onde foram assassinados mais de 20 militantes a mando de um fazendeiro –, o movimento segue com resistência e sendo vanguarda na luta por um novo projeto de sociedade.

5. METODOLOGIA

De modo geral, a presente pesquisa possui viés qualitativo, descritivo e interpretativo, além de contar com o caráter observacional, uma vez que também se trata de um estudo pautado nos princípios da etnografia. A obtenção do *corpus* se deu através da observação participante no X Encontro Estadual de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (EEERA),³ realizado em julho de 2018 na Escola de Ensino Médio Patativa do Assaré, localizada no assentamento Santana da Cal, a 33km do município de Canindé-CE.

Além dos princípios da etnografia, utilizamos os pressupostos analíticos preconizados por Fairclough (2003). Ele sistematiza três modos de interação em eventos sociais que são os modos de agir, de representar e de identificar(-se). A cada um deles, Fairclough sugere significados que representam a organização conceitual do discurso, a saber: o significado acional (gêneros discursivos particulares), o representacional (construção de realidades) e

3 O Encontro Estadual de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (EEERA) ocorre uma vez ao ano. O foco dos encontros é, além da discussão sobre planejamento de ensino, o viés político; contando com plenárias e debates sobre a conjuntura, as políticas para a educação do campo, agroecologia, dentre outros assuntos relevantes socialmente. No EEERA, há o trabalho com todas as modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e EJA). Aqui, há a participação não só dos(as) educadores(as) e gestores das escolas do campo, mas também de assentados(as), dirigentes do MST e educandos(as).

o identificacional (construção e negociação dos sujeitos envolvidos). Esses significados são inspirados nas metafunções da Linguística Sistêmico-funcional (LSF) de Halliday,⁴ conforme podemos visualizar a seguir:

LSF (Halliday, 1991)	ADC Fairclough, 1992	ADC (Fairclough, 2003)
Função Ideacional	Função Ideacional	Significado Representacional
Função Interpessoal	Função Identitária	Significado Identificacional
	Função Relacional	Significado Acional
Função Textual	Função Textual	

Quadro 1. Recontextualização da LSF na ADC. Fonte: RESENDE; RAMALHO (2006, p. 61).

Porém, uma das diferenças é que, para a ADC, os significados extrapolam o nível escrito dos textos, uma vez que o discurso é difundido no meio social por meio de textos multissemióticos. Nas palavras de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 38),

O discurso inclui linguagem (escrita e falada e em combinação com outras semioses, por exemplo, com música), comunicação não-verbal (expressões faciais, movimento corporais, gestos, etc) e imagens visuais (por exemplo fotografia, filmes). O conceito de discurso pode ser compreendido com uma perspectiva particular nessas várias formas de semiose – consideradas como momentos de práticas sociais em suas articulações com outros momentos não-discursivos.⁵

Com base nisso, para Fairclough, é essencial analisar a linguagem – discurso – e, também, o meio social no qual ela encontra-se inserida, levando em consideração as relações assimétricas de poder imbuídas em práticas cotidianas na sociedade. Para a realização deste estudo, voltamos nossa análise para o significado acional. No âmbito acional, há os gêneros discursivos, que, conforme Fairclough (2003), localizam-se no primeiro estágio de análise. Nos dizeres de Vieira e Resende (2016, p. 62), os “gêneros discursivos estão ligados a diferentes modos de ação/relação social estabelecidos discursivamente. Por isso, dizemos que os gêneros se referem a modos relativamente estáveis de (inter)ação por meio do discurso.”. Assim, os gêneros constituem a natureza semiótica relacionada às maneiras de agir e de interagir no meio social.

De acordo com Fairclough (2003, p. 29), “representações particulares (discursos) podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação (gêneros) e inculcadas em maneiras particulares de identificação (estilos).”⁶ Diante disso, nesta pesquisa, realizamos a análise e discussão dos dados coletados em campo observando as formas

4 A LSF possui três metafunções, a saber: metafunção ideacional (relacionada às ideias e experiências veiculadas pela linguagem), metafunção interpessoal (preocupa-se com o aspecto interativo da linguagem, pois seu objetivo é a comunicação, a interação) e metafunção textual (conhecimento dos mecanismos linguísticos para estruturar e organizar os textos).

5 Tradução livre.

6 Tradução livre.

específicas e concretas de ação e relação, no âmbito acional, no intuito de perceber os processos discursivos imbricados nas práticas de letramento do MST/CE.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base nos pressupostos teóricos da ACG e da ADC, nossa proposta consiste em realizar uma análise a partir da relação social que se estabelece em determinado espaço social. Nessa perspectiva, analisamos, a seguir, o envolvimento dos gêneros discursivos com as práticas de letramento observadas na Escola do Campo Patativa do Assaré, abrangendo as relações sociais, representações de mundo e identidades materializadas nos aspectos retórico-linguísticos.

A partir da observação participante no X EEERA, percebemos algumas práticas de letramento concernentes ao MST Ceará. As práticas de letramento concretizadas nos eventos de letramento⁷ a seguir são as místicas.



Figura 1. Mística de abertura do X EEERA. Fonte: Arquivo pessoal.

7 Neste trabalho, utilizamos o conceito de eventos de letramento de Street (1995), o qual afirma que os eventos de letramento se referem aos comportamentos exercidos, em situações concretas, pelos atores sociais. Além disso, esse conceito também é atrelado às concepções sociais e culturais que dão sentido às práticas de leitura e escrita em contextos específicos.



Figura 2. Mística de encerramento do X EEERA. Fonte: Arquivo pessoal.

Em linhas gerais, as místicas do MST são manifestações artísticas que trazem um ensinamento crítico no processo de produção de sentidos. Conforme Bogo (2012, p. 475),

Mística é o termo compreendido no estudo das religiões como adjetivo de mistério, assimilado por meio da experiência da própria vivência espiritual. Contudo, nos estudos das ciências da religião e da filosofia da linguagem, pode-se compreender que a mística, em suas manifestações subjetivas, ultrapassa o espectro do sagrado e introduz-se na vida social e na luta política, numa clara aproximação da consciência do fazer presente com a utopia do futuro.

Com base nas características prioritárias do MST, as místicas consistem em performances artísticas de cunho reflexivo, denunciativo e pedagógico, cujo objetivo é ‘penetrar na alma’ de quem as assiste para causar indignação, reflexão e conscientização. As místicas são elaboradas pelos próprios atores sociais que vivem em determinado local e são interpeladas por um contexto sócio cultural específico. Dessa maneira, as místicas constituem uma prática de letramento. Nas figuras 1 e 2, houve uma semiose nessa prática, uma vez que as místicas, realizadas por educadoras e educadores de diversas escolas, foram manifestadas por meio de diversos gêneros discursivos, distribuídos entre declamação de poemas e de músicas,⁸ musicalização de poemas (no âmbito oral). Além disso, o uso de cores também é importante, uma vez que simboliza a luta pela terra e identificação dos atores sociais com o movimento por meio de seus símbolos (como a bandeira do MST).

Essa semiose de gêneros discursivos, em conjunto, corrobora em uma reflexão crítica acerca da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por se tratar de um ensinamento crítico através de manifestações de cunho artístico que ultrapassa os muros da sala de aula e de atividades estritamente pedagógicas, as místicas constituem uma prática de letramento do MST. Essa reflexão crítica também se dá por meio do uso de cores, como mencionamos anteriormente, e da postura corporal, elementos fundamentais para a *performance*, dos atores sociais.

⁸ A maioria dos poemas e músicas recitados são de autoria dos militantes do MST, mas também houve a reprodução e declamação da música “O cio da Terra”, de Milton Nascimento.

Na figura 1, os atores sociais se encontram agachados, com os corpos cobertos de terra e lama. Percebemos que essa postura corporal se dá para evidenciar aos espectadores a identificação dos atores sociais com a terra e, também, para criticar a condição social de subalternos, direcionada aos Sem Terra, estabelecida pela ideologia dominante. Os atores sociais permaneceram nessa postura enquanto tocava a música “Cio da terra”, de Milton Nascimento. Após isso, eles pintaram seus corpos de vermelho, a fim de simbolizar todo o sangue derramado na luta por terra, reforma agrária e transformação social.

Na figura 2, por sua vez, há a denúncia ao número de mortes de Sem Terra que ocorreram e ainda ocorrem no Brasil. Isso é possível perceber devido aos atores sociais que estão deitados de olhos fechados na figura. Acima de seus corpos, há a bandeira do MST, o que simboliza o pertencimento ao movimento. Além da bandeira, o uso da cor vermelha em suas vestimentas também se faz presente na figura, que simboliza o sangue que corre nas veias para lutar por reforma agrária e transformação social. Ao centro da foto, há uma mulher em pé, também de camisa vermelha. Ela declama uma poesia, escrita por um Sem Terra, ao redor dos corpos deitados. Assim, podemos notar que a bandeira do MST é concebida como um símbolo de identidade e da unidade intrínseca ao movimento, na busca por transformação social, e constitui a mística do movimento.

A partir do contexto sócio cultural, político e econômico que norteia as visões de mundo da comunidade, as místicas são construídas com o propósito de gerar reflexões e ensinamentos nos espectadores. Também é salutar mencionarmos que as místicas do movimento encerram com a reprodução do hino do MST, gênero discursivo veiculado de forma oral, cujo refrão é cantado pelos militantes com o punho esquerdo erguido, como uma prática necessária de resistência social. A seguir, analisamos o hino do MST.

<p>HINO DO MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA</p> <p>Vem teçamos a nossa liberdade Braços fortes que rasgam o chão Sob a sombra de nossa valentia Desfraldemos a nossa rebeldia E plantemos nesta terra como irmãos!</p> <p>REFRÃO:</p> <p>Vem, lutemos punhos erguidos Nossa força nos leva a edificar Nossa pátria livre e forte Construída pelo poder popular Braço erguido ditamos nossa história Sufocando com força os opressores Hasteemos a bandeira colorida Despertemos esta pátria adormecida O amanhã pertence a nós trabalhadores!</p> <p>(REFRÃO)</p> <p>Nossa força resgatada pela chama Da esperança no triunfo que virá Forjaremos desta luta com certeza Pátria livre, operária e camponesa Nossa estrela enfim triunfará!</p> <p>(REFRÃO)</p>

Quadro 2. Hino do MST. Fonte: <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>

Apesar de o gênero acima estar no âmbito escrito, após a apresentação das místicas, ele foi veiculado oralmente pelos(as) educadores(as) do MST. Em relação aos aspectos retórico-linguísticos presentes no hino do movimento, podemos notar a importância da coletividade por meio do uso recorrente do pronome pessoal na primeira pessoa do plural, como nos trechos “Vem *teçamos* a nossa liberdade”; “*Desfraldemos* a nossa rebeldia”; “E *plante-mos* nesta terra como irmãos!”; “*Hasteemos* a bandeira colorida”; “*Despertemos* esta pátria adormecida”; “O amanhã pertence a *nós* trabalhadores!”.

Essa coletividade intrínseca à essência do movimento também é marcante através do uso do pronome possessivo nosso/nossa. Esses pronomes mantêm uma relação estreita com o pronome pessoal na primeira pessoa do plural, uma vez que indicam aquilo que cabe/pertence aos aspectos indicados pelo pronome pessoal. Como exemplo, citamos os seguintes trechos: “Sob a sombra de *nossa* valentia”; “*Nossa* força nos leva a edificar”; “*Nossa* pátria livre e forte”; “Braço erguido ditemos *nossa* história”; “*Nossa* força resgatada pela chama”; “*Nossa* estrela enfim triunfará!”.

Com base nisso, podemos notar que a relação no uso da primeira pessoa do plural e do pronome possessivo nosso/nossa consiste em um fator identitário pertinente com relação à constituição e organização do movimento. Para exemplificar, citamos o trecho “O amanhã pertence a *nós* trabalhadores!”, no qual é possível perceber quem são os sujeitos que constituem o ‘nós’.

Há, também, a presença de elementos linguísticos que trazem consigo a ideia de um posicionamento categórico na busca por transformação social, como em “Sufocando com força os opressores” e “Forjaremos desta luta com certeza”. Por fim, notamos que a coletividade que está no âmago da identidade Sem Terra é pautada em um projeto de Brasil mais igualitário, almejando a transformação social, o que está presente nos versos “Pátria livre, operária e camponesa” e “Nossa estrela enfim triunfará!”.

Isto posto, podemos perceber que a organicidade e coletividade, intrínsecas à gênese do movimento, fazem-se presentes também nas práticas de letramento do movimento. Nesse sentido, algumas práticas concernentes ao âmago do movimento também compõem as práticas de letramento, a exemplo do hino do MST, o qual explicita esse caráter coletivo e de luta por meio dos estilos que norteiam as escolhas lexicais do hino.

Outra prática de letramento observada durante o X EEERA foi a apresentação de quadrilha de cunho político. Em tese, as apresentações de quadrilha também englobam aspectos da mística em sua essência, pois, mesmo com todos os elementos de uma quadrilha – como músicas, desfile da rainha, figurino – o tema da quadrilha possui envergadura social, trazendo reflexão e ensinamentos àqueles que a assistem.



Figura 3. Desfile da rainha da quadrilha da EEM João dos Santos de Oliveira. Fonte: Arquivo pessoal



Figura 4. Encerramento da apresentação de quadrilha da EEM João dos Santos de Oliveira. Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com as figuras 3 e 4, podemos notar a preocupação dos(as) dirigentes do MST em veicular um ensinamento crítico a partir de práticas culturais no Brasil, sobretudo no Nordeste, por meio da apresentação de quadrilha. Durante a apresentação da quadrilha presente nas figuras, intitulada “Do Caldeirão ao MST: fé, luta e resistência camponesa”, houve uma menção ao assassinato de camponeses que ocuparam uma terra para sobreviver em Caldeirão, no Ceará, comunidade fundada em 1926, na região do Cariri, coordenada pelo beato José Lourenço, que ficou conhecida popularmente como “Canudos cearense”.

O Beato Lourenço conseguiu arrendar um lote de terra em um sítio na região do Crato-CE. Contudo, a população que vivia nas redondezas denunciou os camponeses, com a justificativa de que eram comunistas e fanáticos religiosos e, de imediato, estes foram metralhados, através de aviões, além de incendiarem os casebres, a mando do governo e do exército. Diante disso, notamos que há uma preocupação para que essa memória coletiva não seja esquecida e, também, uma preocupação em denunciar o assassinato de camponeses por meio de uma manifestação artística e cultural, ao longo da apresentação de quadrilha.

Na figura de número 3, há o desfile da rainha da quadrilha, em que ela ergue a bandeira do MST, que, como discutimos anteriormente, constitui a mística do movimento e, também, é um símbolo de identificação do povo camponês na luta por uma transformação social e por um novo projeto de sociedade. A apresentação do desfile da rainha ocorreu ao som da música “Canção da Terra”, de autoria de Pedro Munhoz. Por fim, na figura 4, os(as) alunos(as) encerraram a apresentação da quadrilha erguendo vários painéis, os quais formaram os seguintes dizeres: “Luta e resistência”. A partir disso, podemos perceber que os(as) alunos(as) da escola do campo se utilizam de aspectos tradicionais das apresentações de quadrilha, como o figurino e a dança, para denunciar problemas sociais e as relações desiguais de poder que permeiam o corpo social. Noutras palavras, há a presença da mística, da performance, cujo objetivo é descortinar problemas relevantes socialmente, ao longo da quadrilha.

Assim, é possível notar que as quadrilhas consistem em uma prática de letramento, cujo intuito é, por meio da dança, convidar os espectadores a uma reflexão, de forma crítica, acerca de um determinado tema social. De modo similar, as quadrilhas também consistem em uma prática de letramento que visa ao protagonismo juvenil, visto que ela é composta e organizada por jovens oriundos(as) de assentamentos da reforma agrária. Assim, os princípios organizativos do movimento são refletidos nas formas de discutir e organizar as escolas do campo, em que os atores sociais adequam esses princípios à sua realidade social, objetivando uma emancipação crítica dos(as) educandos(as). Diante disso, podemos perceber que essa emancipação é potencializada, vivenciada e socializada por meio das práticas de letramento inspiradas na organização do MST.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No corpo social, as mudanças ocorrem a todo instante e de forma fluida. Porém, as mudanças que questionam e sinalizam possíveis soluções para os problemas sociais ainda constituem algo ínfimo em relação às práticas e discursos que perpetuam as ideologias e práticas dominantes. A partir da discussão realizada por meio deste trabalho foi possível perceber a relevância na integração entre estudos críticos de gêneros discursivos e a Análise de Discurso Crítica. Essa consonância nos permitiu direcionar um olhar crítico para práticas de letramento do campo distintas daquelas comumente veiculadas em ambiente escolar na contemporaneidade.

O diálogo entre ACG e ADC representa um avanço no que concerne aos estudos que englobam a investigação acerca das regularidades dos gêneros na esfera social. Esse avanço constitui uma base fecunda para a análise de elementos linguístico-textuais que

compõem um dado gênero discursivo e, também, examinando a estrutura social que permeia sua produção, distribuição e consumo.

Visto que as escolas do campo em assentamentos de reforma agrária são fruto da luta do MST por uma educação pública, gratuita, popular, de qualidade e localizada dentro da própria comunidade, percebemos a presença do discurso de resistência inerente a essas práticas. O MST, enquanto movimento social, preconiza a resistência à ideologia dominante e ao vilipêndio de direitos. Dessa forma, nas práticas de militantes e dirigentes do movimento, há o discurso de resistência, inerente à essência do movimento. Esse discurso permeia as práticas de letramento que ocorreram durante o X EEERA.

Portanto, o envolvimento dos gêneros discursivos, contidos no discurso de resistência, com as práticas de letramento do MST Ceará analisadas neste estudo contribui para elucidar um mecanismo pertinente de luta hegemônica, como também o fortalecimento de uma identidade Sem Terra pautada na coletividade, na unidade e na busca por transformação social. Essas práticas observadas são primordiais para descortinar as relações desiguais de poder que perpassam o meio social.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Caroline. *Experiências Escolares e Estratégia Política: da Pedagogia Socialista à atualidade do MST*. 2015. 367 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1929.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1975.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. Literacy practices. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. *Situated Literacies: Reading and Writing in Context*. Londres: Routledge, 2000, p. 7-15.

BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. *Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

BOGO, Ademar. Mística. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário de Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 475-479.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DIJK, Teun Van. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad. Coord. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira. Assentamento rural. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário de Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 110-115.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, Iran Ferreira de. Por uma análise crítica do discurso. In: _____. *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 53-98.

MEURER, José Luiz. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desireé. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 81-106.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desireé. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 184-207.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STREET, Brian. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento. In: MAGALHÃES, Izabel. *Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012, p. 69-92.

_____. *Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2016.